

O perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Sociologia

Amurabi Oliveira^{*} 

Marina Félix Melo^{**} 

Mayres Pequeno^{***} 

Quemuel Baruque Rodrigues^{***} 

Resumo

O artigo objetiva apresentar e analisar o campo acadêmico dos bolsistas de produtividade do CNPq (PQs) em Sociologia no Brasil. Trazemos uma revisão de literatura e um estudo quantitativo descritivo sobre os bolsistas no país a partir de um marco teórico que considera as implicações do conceito de campo acadêmico e científico de Pierre Bourdieu. O estudo responde sobre o processo de formação de um bolsista PQ no Brasil; analisa o perfil dos bolsistas PQ em sociologia e discute sobre o caso dos bolsistas de produtividade nível 1A do CNPq na sociologia, estrato mais elevado das bolsas de produtividade.

Palavras-chave: produção acadêmica, bolsistas de produtividade, campo acadêmico.

^{*} Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

^{**} Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil.

^{***} Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

The profile of CNPq research productivity grantees in Sociology

Abstract

The article aims to present and analyze the academic field of CNPq research productivity grantees (PQs) in Sociology in Brazil. The work draws on literature review and a quantitative descriptive study on research grantees in Brazil based on a theoretical framework that considers the implications of Pierre Bourdieu's concept of academic and scientific field. The study inquires into the process of becoming a PQ grantee in Brazil; analyzes the profile of PQ grantees in the field of sociology and discusses the case of CNPq level 1A research productivity grantees in sociology, the highest stratum of researchers' productivity.

Keywords: academic production, productivity fellows, academic field.

Introdução

O processo de institucionalização da Sociologia no ensino superior no Brasil inicia-se ainda na década de 1930¹, com a criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais, que passam a constituir o espaço de formação do *corpus* profissional da Sociologia, baseando-se num arranjo interdisciplinar. Esse arranjo implicou a articulação da Sociologia com outras ciências, tais como Antropologia, Ciência Política, História, Economia etc., que se transmutou, a partir da segunda metade do século XX, num arranjo mais enxuto, envolvendo a Antropologia e a Ciência Política, o que reflete a crescente autonomização disciplinar dos campos correlatos.

¹ O início da institucionalização da Sociologia no Brasil ocorreu ainda no final do século XIX, com o advento das primeiras cátedras na educação secundária (Oliveira, 2013). Entretanto, a partir da década de 1930 temos a criação dos primeiros cursos superiores em Ciências Sociais.

Podemos reconhecer que esse processo se realizou de forma relativamente heterogênea no país, implicando diferentes graus de autonomização das ciências sociais (Miceli, 1989). Tais processos inserem-se numa lógica mais ampla da geopolítica acadêmica, que hierarquiza os diferentes agentes e instituições desse campo, refletindo as disputas em torno de uma determinada narrativa sobre as ciências sociais (Reesink; Campos, 2014).

No bojo do desenvolvimento da pesquisa no território nacional, devemos destacar o advento, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior, a CAPES (atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Tais instituições constituem peças fundamentais para o processo de consolidação da pós-graduação, que se acelera no contexto da Reforma Universitária de 1968, no qual emergem os primeiros cursos de mestrado e doutorado num modelo próximo ao que temos hoje. Também contribuiu para isso o envio de estudantes e pesquisadores brasileiros para o exterior e a implementação de um amplo sistema de bolsas no país (Martins, 2018).

É importante ressaltar, aqui, os distintos perfis institucionais que a CAPES e o CNPq possuem na dinâmica acadêmica brasileira. A CAPES é vinculada ao Ministério da Educação, atuando na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e, desde 1976, é responsável pela avaliação periódica desses cursos. Essa instituição financia a pós-graduação nacional, especialmente através de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado/estágio de professor visitante, e desde 2007 também está incumbida de estimular a formação inicial de professores. Por outro lado, o CNPq está vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, cujas atividades se vinculam principalmente ao estímulo à pesquisa científica, principalmente através do financiamento de bolsas individuais nas duas mais diversas modalidades, dentre elas, a bolsa de produtividade em pesquisa (PQ).

É nesse contexto que emergem os primeiros cursos de pós-graduação em Sociologia do Brasil, havendo um incremento paulatino da diversidade

regional da pós-graduação em Sociologia/Ciências Sociais² no Brasil (Barreira *et al.*, 2018).³ Ainda que essa seja uma tendência mais geral observada em diversas áreas do conhecimento no período, soma-se, no caso específico das Ciências Sociais, o advento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1977. A ANPOCS passou a organizar encontros anuais que se configuram como um importante *locus* de divulgação dos resultados das pesquisas realizadas na pós-graduação. Ressalta-se, ainda, que essa associação teve um papel bastante central na institucionalização e fortalecimento das Ciências Sociais, especialmente no caso da Sociologia, cuja associação nacional teve suas atividades interrompidas entre 1963 e 1985, e da Ciência Política, cuja associação foi fundada apenas em 1986.⁴

O agrupamento e o relacionamento institucional entre as três Ciências Sociais no Brasil reflete, portanto, o percurso socio-histórico que essas ciências assumiram no país. Apesar de se poder apontar que a gênese

² Em termos de pós-graduação, atualmente, a área de Sociologia é responsável não apenas pela avaliação dos cursos de Sociologia no sentido estrito, como também de Ciências Sociais (que devem abarcar as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e aqueles híbridos que existem articulando as áreas de Antropologia e Sociologia e de Sociologia e Ciência Política.

³ Os primeiros programas de pós-graduação criados no Brasil foram os seguintes: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1967, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1969, Universidade de Brasília (Unb) em 1970, Universidade de São Paulo (USP) em 1971, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1973, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1973, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1974, Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1976, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 1977, no campus II (atual Universidade Federal de Campina Grande) e, em 1979, no campus I.

⁴ A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundada em 1955 e manteve suas atividades de forma ininterrupta desde então, embora se deva ressaltar que sua VII Reunião, que viria a ocorrer no ano de 1965, apenas aconteceu em 1966, devido ao golpe militar. Por outro lado, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) teve o primeiro congresso realizado em 1954 e o segundo em 1962, e como consequência da ditadura militar brasileira, apenas em 1987 essa associação retomou seus congressos bianuais. No caso da Ciência Política, em parte a fundação tardia da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) pode ser explicada pelo fato de essa disciplina ter-se institucionalizado mais tardiamente em relação às demais Ciências Sociais no Brasil (Oliveira *et al.*, 2020). Para uma visão mais ampla sobre o papel da ANPOCS na institucionalização e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil vide Reis, Reis e Velho (1997).

dessa configuração se encontra na criação dos cursos de Ciências Sociais na década de 1930, esse termo implicava uma concepção mais ampliada do que a atual, como bem pode atestar a divisão de estudos pós-graduados da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada na década de 1940. Com isso queremos afirmar que a compreensão hoje vigente das Ciências Sociais é, em grande medida, devedora do cenário institucional consolidado pela ANPOCS, que enquanto possibilitou um profícuo diálogo interdisciplinar entre as três áreas, também fortaleceu seu processo de delimitação de fronteiras disciplinares.

Pode-se observar, ainda, que a expansão da pós-graduação em Sociologia acelerou-se a partir dos anos 2000, fenômeno acompanhado de uma expansão do financiamento para a pesquisa através de agências de fomento que oferecem diferentes modalidades de bolsas e auxílios. Isso também reflete um cenário mais geral de expansão do ensino superior no Brasil, algo que foi acelerado significativamente a partir da segunda metade da década de 1990 (Neves *et al.*, 2007).

Tal expansão no âmbito da pesquisa e da formação de quadros tem implicações também sobre o crescimento da produção acadêmica na área. Essa produção, além de sua dimensão quantitativa, possui uma estrutura profundamente hierarquizada qualitativamente, dentro do sistema *Qualis* coordenado pela CAPES. Nesse sistema, os periódicos vinham sendo avaliados por áreas de conhecimento, recebendo uma nota dentro da seguinte escala, em ordem crescente: C, B5, B4, B3, B2, B1, A2, A1.⁵ A publicação em periódicos situados no estrato superior do *Qualis* (B1, A2, A1) veio a constituir um dos principais critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, que implica a classificação dos mesmos numa escala que vai de 1 a 7, sendo 3 a nota mínima para seu funcionamento.

⁵ É sabido que o sistema de classificação do *Qualis* está em processo de modificação ou mesmo de substituição por outras métricas internacionais. Todavia, enfatizamos a maneira como ele estava estruturado no momento da entrada no sistema dos atuais bolsistas de produtividade do CNPq, considerando-se que foi a partir de tais critérios que seus pedidos foram avaliados.

Em um contexto no qual a produção científica ganha cada vez mais protagonismo no campo acadêmico, o processo de reconhecimento dos pares por meio da bolsa PQ do CNPq passa a ser um forte elemento distintivo entre os diferentes agentes sociais. Estamos a falar de um signo de inter-reconhecimento no campo, que situa determinados agentes no topo da hierarquia acadêmica, podendo ser considerado um importante elemento de distinção (Bourdieu, 2007).

No presente artigo, realizamos dois movimentos. Em um primeiro momento, descrevemos o perfil dos bolsistas PQ na área de Sociologia, exercício realizado a partir de um levantamento junto a todas as bolsas em curso; num segundo momento, focalizamos, especificamente, os bolsistas classificados como 1A. O objetivo geral de nosso trabalho é apresentar o perfil dos bolsistas PQ de Sociologia no Brasil, para assim compreender o movimento mais geral da trajetória desses agentes. Para uma melhor compreensão por parte de leitores e leitoras, expomos, num primeiro momento, as normas e procedimentos específicos que orientam a bolsa PQ no comitê de Ciências Sociais.

Como se tornar um bolsista PQ

As bolsas PQ são uma das modalidades de bolsa oferecida pelo CNPq, tendo como particularidade o fato de ser destinada a pesquisadores que desfrutam de alto reconhecimento entre seus pares. Essa modalidade de bolsa existe no CNPq desde 1976, tendo passado por inúmeras alterações nos níveis e nos valores, e atualmente está dividida e hierarquizada em três categorias: Sênior (PQ-SR), PQ-1 (sendo a categoria 1 subdividida nos níveis 1A, 1B, 1C e 1D) e PQ-2. Apesar da existência dos pré-requisitos gerais estabelecidos pelo CNPq, há ainda os critérios de qualificação definidos pelos Comitês de Assessoramento de cada área ou pelo Conselho Deliberativo (CD) do CNPq, no caso de Pesquisador Sênior. Tais bolsas são requisitadas individualmente pelos pesquisadores e possuem distintas durações, sendo 36 meses para a nível 2, 48 meses para as bolsas de nível 1, e 60 meses para as bolsas sênior. Os pesquisadores nível 1 também recebem,

além da bolsa, o auxílio banca, que visa auxiliá-los no financiamento de pesquisas, participação em eventos científicos, processos de editoração de suas publicações etc.

A relevância das bolsas PQ tem se ampliado, principalmente a partir de 1990, havendo um crescimento em sua oferta que se acelera a partir dos anos 2000, o que também acompanha a expansão da pós-graduação no mesmo período. Na leitura de Guedes, Azevedo e Ferreira (2015), a intensificação do interesse por essas bolsas se relaciona à valorização que lhe é conferida pela política de Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil.

Tais bolsas são também requisitos para outras modalidades de financiamento desse órgão. Isso demonstra como o acesso à bolsa PQ reflete uma lógica de distribuição heterogênea de capital no campo acadêmico, que demarca uma evidente distinção simbólica entre esses pesquisadores e os demais. Ainda, no processo de criação e avaliação dos Programas de Pós-Graduação, o percentual de bolsistas PQ é considerado um elemento importante na atribuição de nota ao programa, ainda que não seja determinante.

Os bolsistas PQ são também os que constituem o corpo de avaliadores de pedidos de novas bolsas e auxílios nas mais diferentes modalidades oferecidas pelo CNPq. Ser bolsista PQ é considerado como um requisito preferencial para a ocupação de posição de coordenador de comitê de pesquisa em determinadas instituições, bem como para a avaliação externa de projetos de universidades e fundações locais de amparo à pesquisa.

Deve-se considerar, ainda, que há uma distribuição desigual entre as diferentes grandes áreas do CNPq, que atualmente são três: “Engenharias, Ciências Exatas e da Terra”, “Ciências Humanas” e “Ciências da Vida”. Segundo a análise de Jesus de Oliveira (2016), o fato de a comunidade científica das “ciências duras” ter estabelecido fortes laços com a burocracia de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), no período de institucionalização dessa política no Brasil, teve implicação direta na predominância de metas quantitativas em detrimento de objetivos qualitativos na orientação desse campo. Admitindo que os agentes com maior capital em um determinado campo são capazes de “deformar as regras” desse campo (Bourdieu,

2004), isso significa reconhecer que as orientações mais gerais que regem as normas de concessão das bolsas de pesquisa no país são pensadas, predominantemente, a partir da lógica própria dos agentes que dominam esse campo, no caso, aqueles vinculados às “ciências duras”.

A área de Sociologia está inserida no comitê de Ciências Sociais – Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia, cujos membros possuem um mandato de três anos. Atualmente, esse comitê é integrado por quinze membros, sendo três da área do Direito, três da Antropologia, três da Ciência Política, três da Sociologia, dois da Arqueologia e um das Relações Internacionais. Os atuais representantes da área de Sociologia são professora e professores em programas de excelência acadêmica, atuando nos programas de pós-graduação em Sociologia da UFRGS (nota 7), da UFPE (nota 6) e da USP (nota 6), bolsistas PQ nível 1B, 1B e 1C, respectivamente. Esse dado nos revela que, atualmente, apenas professores que já chegaram ao nível e que estão situados em programas de excelência compõem o referido comitê como representantes da área de Sociologia.

A indicação desses membros deve ser realizada pela comunidade científica nacional, sendo consultados para tanto: a) pesquisadores 1, constantes do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa; b) pesquisadores 1 e 2, constantes do Programa de Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora; c) sociedades científicas e tecnológicas de âmbito nacional; d) associações civis de âmbito nacional com atuação na área tecnológica e inovação. Observa-se, com isso, que o prestígio acadêmico junto aos pares é uma condição relevante para se tornar membro do CA de sua área. Destacamos ainda que, no âmbito das sociedades científicas, constam atualmente 12 entidades que podem realizar indicações ao comitê das Ciências Sociais, incluindo-se ABA, ABCP, ANPOCS e SBS,⁶ o que aponta para a relevância desses espaços institucionais no campo.

Atualmente há 219 bolsistas PQ em Sociologia. Considerando o comitê no qual essa área está inserida (Ciências Sociais), pode-se indicar que se trata

⁶ Associação Brasileira de Antropologia; Associação Brasileira de Ciência Política; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; Sociedade Brasileira de Sociologia.

da disciplina com o maior número de bolsistas.⁷ Esse número expressivo sugere uma posição dominante no comitê de Ciências Sociais do CNPq, o que, em parte, pode ser explicado pelo fato de que a área de Sociologia na CAPES também incorpora os programas em Ciências Sociais. Embora se deva considerar que nem todos os bolsistas PQ de Sociologia estão vinculados a programas na área, e que pesquisadores de Antropologia e Ciência Política que atuam em Programas de Ciências Sociais possam concorrer a bolsas PQ em suas áreas, é interessante observar que isso leva os agentes do campo a enfrentar demandas distintas. Pesquisadores vinculados aos programas de Ciências Sociais são avaliados na CAPES de acordo com o *Qualis* de Sociologia, enquanto, ao demandarem por uma bolsa PQ em suas áreas, serão avaliados pelo *Qualis* das áreas de seus projetos, conforme indicação realizada no momento da submissão.

Como requisitos formais para pleitear a bolsa PQ, é necessário que o candidato seja professor doutor, brasileiro ou estrangeiro em situação regular no país, dedicar-se às atividades constantes de seu pedido de bolsa e, se aposentado, manter atividades acadêmico-científicas oficialmente vinculadas a instituições de pesquisa e ensino. Ainda como regra geral, é necessário ter finalizado o doutorado há, no mínimo, três anos para implementação da bolsa nível 2, e oito anos para a bolsa nível 1.

O pedido de bolsa deve considerar, em todo caso, os seguintes requisitos em conjunto, para avaliação e classificação dos candidatos: a) mérito científico do projeto; b) relevância, originalidade e repercussão da produção científica do candidato; c) formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; d) contribuição científica, tecnológica e de inovação, incluindo patentes; e) coordenação ou participação em projetos e/ou redes de pesquisa; f) inserção internacional do proponente; g) participação como editor científico; h) participação em atividades de gestão científica e acadêmica. Todos esses aspectos são avaliados por pares, que são também bolsistas de produtividade na mesma área de conhecimento (CNPQ, 2015).

⁷ Há 173 bolsistas em Antropologia, 140 em Ciência Política (incluindo Relações Internacionais), 80 em Direito e 50 em Arqueologia.

O atual documento que rege as normas específicas do Comitê de Ciências Sociais indica que a produção científica será avaliada com peso numérico não inferior a 50%, considerando artigos em periódicos especializados, capítulos de livros, livros ou equivalentes em produção artística.

Há ainda normativas específicas por área de conhecimento dentro do mesmo comitê, de modo que a área de sociologia tem como requisito mínimo para pleitear a bolsa nível dois: dispor de cinco publicações nos últimos três anos, considerando-se exclusivamente artigos em periódicos especializados avaliados pelo *Qualis* periódicos da Capes, capítulos de livros, livros ou equivalentes e, no mínimo, duas orientações concluídas de Mestrado como orientador principal. Para a bolsa nível 2 são avaliados os últimos cinco anos de produção do pesquisador; e, para a bolsa nível 1, seus últimos dez anos.

Nesse ponto, deve-se observar duas questões: a) ainda que predominem entre os bolsistas aqueles que atuam em programas de pós-graduação avaliados na área de Sociologia, esse não é um requisito para ser bolsista PQ na área. O pesquisador pode vincular-se a programas em áreas correlatas, ou ainda possuir um título de doutorado em outras áreas. O comitê avalia o projeto de pesquisa e o perfil acadêmico do candidato, com destaque para sua produção; b) como nossa amostra é constituída por pesquisadores que se tornaram PQ antes das mudanças no *Qualis*, isso significa que suas produções acadêmicas foram avaliadas com base no estrato em que se situavam na área de Sociologia, ainda que eventualmente tais pesquisadores estivessem vinculados a programas em áreas correlatas.

O pesquisador, ao solicitar a bolsa, não indica o nível ao qual está pleiteando, ainda que tenha os requisitos mínimos para que a mudança de nível possa ocorrer. É uma prerrogativa do comitê avaliar qualitativamente a mudança de nível, o que significa dizer que, a rigor, um pesquisador pode passar toda sua carreira como pesquisador nível 2, sem realizar a mudança de nível.

O requisito mínimo para chegar ao nível 1D é o de ter publicado ao menos três artigos (*Qualis* A1 e A2) ou um livro; ter orientado ao menos um aluno de doutorado, ou dois de mestrado quando vinculado a programa

que não possua curso de doutorado ou que foi criado há menos de quatro anos; participar da gestão acadêmico-científica de sua instituição; participar regularmente de eventos nacionais e internacionais em sua área. Para os níveis 1A e 1B é necessário ter publicado ao menos cinco artigos (*qualis* A1 e A2), ou livro, ou duas coletâneas; sua vinculação a um grupo de pesquisa deve se dar preferencialmente como coordenador; deve ter orientado ao menos cinco dissertações de mestrado ou três teses de doutorado; participar da gestão acadêmico-científica de sua instituição, entidades científicas e em órgãos de fomento à pesquisa; participar de editoração de periódicos ou coletâneas na área; manter intercâmbio regular e produtivo com a comunidade científica internacional.

Os requisitos indicados pelo comitê para o nível 1A se deslocam para uma direção diferente do que se coloca explicitamente nos níveis anteriores, por secundarizar uma dimensão “estritamente quantitativa”, apontando para requisitos afinados com os critérios de consagração e distinção acadêmica.

Este nível é reservado a candidatos que tenham mostrado excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos, e que liderem grupos de pesquisa consolidados. O perfil deste nível de pesquisador deve, na maior parte dos casos, extrapolar os aspectos unicamente de produtividade para incluir aspectos adicionais que mostrem uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras científicas.

Assim, a este nível poderão ser conduzidos os pesquisadores que, cumpridos os critérios anteriores, ao longo de suas carreiras tenham dado uma inequívoca contribuição científico acadêmica à área, em todos os quesitos considerados importantes para um bolsista em produtividade (produção científica do candidato; formação de recursos humanos; coordenação ou participação em projetos de pesquisa; atividades editoriais ou de gestão, de administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica, organização e coordenação de convênios de formação de recursos humanos e de intercâmbio de pesquisadores, e de eventos acadêmicos de repercussão para a área; ou, ainda, contribuição para inovação). (CNPQ, 2018, p. 55)

Tais critérios evidenciam que as regras de consagração do campo acadêmico são bastante complexas e, muitas vezes, não são passíveis de uma mensuração quantificável. Justamente aqueles situados no nível mais alto que pode ser atribuído pelo comitê não são avaliados a partir de uma determinada quantidade de artigos ou orientações em pós-graduação. Deve-se considerar nesse contexto que o prestígio possui um peso significativo no campo acadêmico (Bourdieu, 2011). Os bolsistas nível 1A, como poderemos examinar mais cuidadosamente na próxima seção, possuem uma trajetória bastante distintiva em relação aos demais pesquisadores do CNPq, seja em termos de geração, formação ou de inserção institucional. A distinção de tais pesquisadores se deve, principalmente, ao acúmulo de capital científico que realizaram ao longo de suas trajetórias. Para compreensão dessa posição é necessário reconhecer as singularidades desse tipo de capital:

Esse capital [científico], de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz [...], proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal e tal do que na *Revue Française* disso e daquilo (Bourdieu, 2004, p. 27).

Esse capital, ainda de acordo com Bourdieu (2004), pode ser de dois tipos: a) capital de poder político, institucionalizado, que está ligado a posições importantes ocupadas em instituições científicas; b) capital científico “puro”, que se refere a um “prestígio pessoal” que repousa sobre o reconhecimento do conjunto dos pares. Os dois tipos de capitais possuem regras próprias de acumulação e transmissão. Nesse sentido, pode-se compreender que os bolsistas nível 1A possuem esses dois tipos de capitais, possuindo um acúmulo significativo dos dois tipos.

Embora se possa pressupor que o bolsista nível 1A, para chegar a esse patamar, cumpriu os requisitos demandados pelos níveis anteriores, isso não significa afirmar que sua dinâmica, em termos de produção acadêmica,

continua a mesma. Nesse sentido, são importantes as observações realizadas por Wainer e Vieira (2013, p. 73-74).

As grandes áreas devem ponderar se as práticas que estão seguindo para avaliar seus pesquisadores estão de acordo com os seus objetivos para as bolsas de produtividade. Obviamente, não existe um objetivo “certo” ou único para a atribuição de bolsas e, portanto, não deve existir uma única métrica que deve ser seguida. No entanto, nos parece que há duas grandes vertentes para explicar quais são os objetivos de uma bolsa de produtividade, que, se não são contraditórios entre si, são pelo menos diferentes. O primeiro objetivo possível é de **premiar** cientistas de qualidade. O segundo objetivo possível é **incentivar** a produção de qualidade dos cientistas brasileiros. Há uma diferença importante entre estes dois objetivos: se o objetivo é premiar os cientistas pela qualidade e importância do seu trabalho, então, a história passada do pesquisador é o fator mais importante. Caso o objetivo seja incentivar a produção de qualidade e relevância, então, o futuro deste pesquisador é mais importante que seu passado. É claro que, nesta segunda alternativa, o passado é importante, mas apenas como ferramenta para prever o futuro do pesquisador – na falta de melhores dados acredita-se que o pesquisador, no futuro, terá os mesmos resultados (do ponto de vista de produção científica) que no passado ou, pelo menos, no passado recente. Além do mais, as duas vertentes de objetivos têm impacto muito diferente no agraciado. Quem recebe um prêmio, não precisa mais continuar fazendo o que fez para ganhar o prêmio, apenas quando outra pessoa tiver acumulado história suficiente que o prêmio será transferido. Quem recebe um incentivo, deve manter pelo menos a mesma produção que fez com que recebesse o incentivo, pois, senão, ele será retirado.

A considerar a forma como as regras do comitê de Ciências Sociais se apresentam, é possível inferir que há, implicitamente, uma orientação fundada na lógica do “incentivo” ao ingresso no grupo de bolsistas PQ, bem como à mudança de nível 2 para nível 1 – considerando os ganhos materiais e simbólicos que envolvem essa passagem –, e outra baseada na “premiação” para se atingir os níveis mais altos dessa hierarquia, principalmente para se chegar ao nível 1A. Apesar de a bolsa PQ-SR (sênior) possuir uma regulamentação própria, é interessante perceber que o requisito mínimo para pleiteá-la é ser bolsista PQ nível 1 em qualquer nível por 20 anos (consecutivos

ou não), ou nível 1A ou 1B por 15 anos (consecutivos ou não), o que reforça a relevância de se atingirem os níveis mais elevados dessa estratificação.

Essa hipótese pode ser reforçada pelas indicações do trabalho de Lima, Velho e Faria (2012) ao analisarem o fator *h* em diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Sociologia. O estudo apontou que essa área apresenta valores de índice *h* quase nulos, o que seria reflexo de uma cultura acadêmica distinta de outras áreas mais afinadas com o *mainstream* internacional. Os autores observaram, ainda, na Sociologia, uma lógica inversa à observada em outras áreas. Enquanto nas demais áreas do conhecimento os pesquisadores 1A apresentaram índice *h* superior aos pesquisadores nível 1B, na Sociologia esses últimos possuem um índice ligeiramente superior àqueles. Tal questão possibilita inferir que, na área de Sociologia, o prestígio e o reconhecimento da trajetória acadêmica possuem um peso maior para se chegar ao nível 1A do que o número de publicações do pesquisador em si, ou mesmo sua relevância em termos de quantidade de citações recebidas por outros autores. Notadamente, devemos considerar as trajetórias dos pesquisadores até essa posição no campo, assim como as diferentes lógicas que operam nas distintas áreas do conhecimento, o que se articula à distribuição desigual de recursos concedidos pelas agências de fomento.

O perfil dos bolsistas PQ em Sociologia⁸

Coletamos os dados das bolsas em curso dos bolsistas PQ e analisamos 202 casos.⁹ Dentre esses bolsistas, encontramos 90 mulheres (44,6%) e 112 homens (55,4%), o que coincide com a tendência mais geral observada por

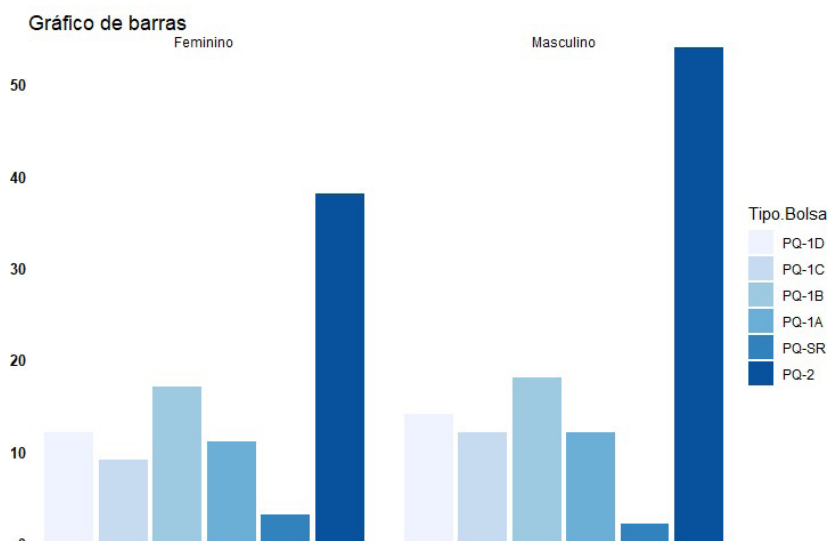
⁸ Utilizamos o software *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS para tabulação e análise dos dados. Para a visualização dos dados, utilizamos o software *RStudio*, manipulando com pacotes como *dplyr* e *ggplot2*. Analisamos os 202 casos de bolsistas com bolsas ativas no CNPq na área de Sociologia. Os nomes dos bolsistas (que não serão divulgados por questões éticas) foram colhidos na página web do CNPq e os dados que aqui utilizaremos foram extraídos da plataforma Lattes, também do CNPq. O desenho da pesquisa foi de tipo interseccional/corte transversal e a coleta de dados ocorreu de setembro a dezembro de 2019.

⁹ O número de bolsas em curso diferencia-se do número total de bolsas uma vez que pesquisadores afastados por motivos diversos têm suas bolsas interrompidas; isso ocorre principalmente no contexto de afastamento do país para realização de pós-doutorado. Para a seleção dos casos, utilizamos os dados disponíveis em http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso

Guedes, Azevedo e Ferreira (2015) ao analisarem a distribuição em termos de sexo e faixa etária entre os bolsistas PQ das grandes áreas, assim como por Hey e Rodrigues (2017) que analisaram o grupo dos representantes das Ciências Sociais na Academia Brasileira de Ciências, constituído também majoritariamente por homens. Essa distribuição desigual, em parte, pode ser reflexo do cenário que encontramos nos programas de pós-graduação da área de Ciências Sociais/Sociologia, pois, como apontam Candido, Feres Júnior e Campos (2019), 53% dos docentes dos programas avaliados na área de Sociologia são homens.

Como podemos observar no gráfico abaixo, essa tendência é bastante geral, com exceção das bolsas 1B, que possuem o mesmo número de homens e mulheres, e as bolsas PQ-SR, predominantemente ocupadas por mulheres.

Gráfico 1. Tipo de Bolsa x Sexo



Fonte: Elaboração dos autores.

Chama a atenção o fato de que, entre os quatro bolsistas PQ-SR, encontramos três mulheres e um homem, subvertendo a tendência mais geral encontrada na área. Dois pesquisadores desse grupo estão vinculados à USP, uma à UFRGS e uma à UFSC. Esse grupo possui outras características idiossincráticas, como o fato de ser constituído, exclusivamente, por professores aposentados e que realizaram seus estudos principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. O grupo também é representado por agentes que participaram da institucionalização dos programas de pós-graduação em suas universidades e tiveram um importante papel na formação de seus campos de pesquisa no Brasil.

As bolsas PQ distribuem-se de forma relativamente heterogênea pelas diferentes regiões e instituições do país, totalizando 43 instituições com bolsistas na área de Sociologia, concentrados principalmente em instituições do Sul e do Sudeste. A USP destaca-se como a universidade com o maior número de bolsistas, sendo 20 no total, seguida da UNICAMP com 15, UFRGS com 14, UFSCar com 13, Unb com 13,¹⁰ UERJ com 13,¹¹ UFRJ com 12 e UFSC com 9. Na sequência, UFBA, UFPE e UFMG aparecem com 7 PQs. Essas instituições concentram 64,35% das bolsas PQ em Sociologia no Brasil.

De um modo geral, os bolsistas PQ tendem a atuar em programas que possuem cursos de mestrado e doutorado, o que significa que eles possuem ao menos nota 4 na avaliação da CAPES. Apenas 2,5% dos bolsistas atuam em programas que possuem apenas o curso de mestrado.

Observamos que os bolsistas PQ concentram-se em programas de excelência acadêmica (notas 6 e 7). Nota-se que o eixo geopolítico possui um peso significativo nessa distribuição, uma vez que o número de bolsistas não segue a mesma ordem das notas da avaliação CAPES dos programas em que estão inseridos os PQs. Existem universidades com programas mais bem avaliados em Sociologia com menos bolsistas

¹⁰ A UnB possui dois programas avaliados pela área de Sociologia, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (nota 7) e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (nota 4).

¹¹ A UERJ possui dois programas avaliados pela área de Sociologia, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (nota 5) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (nota 6).

que outros programas com a mesma nota ou inferior. Ao mesmo tempo, considerando apenas as instituições com mais de dez bolsistas PQ, o que representa uma concentração de 49,5% do total de bolsas da área no país, pode-se observar que apenas a Unb e a UFRGS se encontram fora do eixo Rio-São Paulo e, apesar de possuírem programas em Sociologia avaliados com nota máxima pela CAPES, possuem menos bolsistas PQ que a USP ou a UNICAMP, cujos programas apresentavam notas 6 e 5.¹²

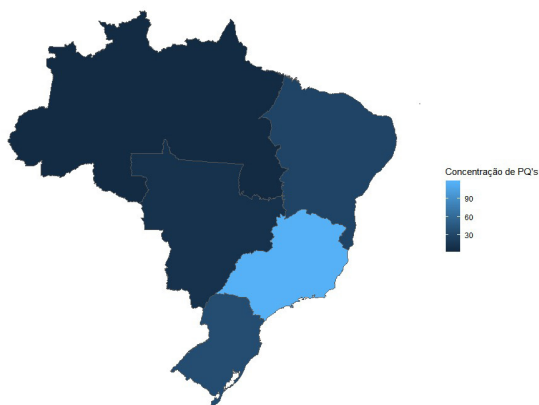
Deve-se reconhecer que a avaliação dos programas pela CAPES é orientada por um conjunto de fatores, dentre os quais a produção acadêmica dos docentes. Desse modo, é importante ter em mente que as bolsas PQ são concedidas com base numa avaliação individual dos pesquisadores, ao passo que a CAPES avalia os programas em seu conjunto.

Pelos dados apresentados, pode-se inferir, ainda, que os programas mais antigos possivelmente conseguiram ingressar antes no sistema de bolsas PQ, o que lhes dá uma vantagem substantiva, pois, como bem observam Wainer e Vieira (2013), os comitês tendem a manter as bolsas dos pesquisadores em sua renovação, mesmo diante de uma eventual queda de sua produtividade no período avaliado. Também é importante considerar as diferentes condições objetivas de acesso a financiamentos de pesquisa às quais as universidades têm acesso e, nesse sentido, o auxílio das fundações de amparo à pesquisa locais pode ter um peso significativo nesse processo, por meio do financiamento de auxílios e bolsas de diferentes modalidades. Soma-se a isso a concentração de periódicos no estrato superior do *Qualis* de Sociologia nesse mesmo eixo geopolítico, uma vez que, dentre as instituições com mais de dez bolsistas PQ, seis publicam revistas avaliadas como A1, e uma publica uma revista A2, o que coloca os agentes vinculados a tais instituições em posições desiguais no campo. Isso demonstra como os diferentes graus de prestígio alcançados pelas instituições acadêmicas se vinculam também à distribuição heterogênea de recursos não apenas simbólicos, mas também materiais (Bourdieu, 2011).

¹² A UNICAMP possui dois programas avaliados na área de Sociologia, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (nota 6), e o doutorado em Ciências Sociais (nota 5).

Interessante perceber que esse recorte geopolítico da distribuição heterogênea das bolsas PQ opera em dois níveis. Há uma evidente concentração de bolsas em determinadas regiões do país, dada a existência de 113 pesquisadores no Sudeste, 36 no Nordeste, 35 no Sul, 11 no Centro-Oeste e 6 na região Norte. O Sudeste concentra também a origem desses pesquisadores em termos de formação doutoral, uma vez que dentre todos os bolsistas PQ, 118 realizaram seus estudos nessa região, 14 na região Sul, 10 no Nordeste e 6 no Centro-Oeste; além de outros 53 que realizaram a formação doutoral fora do Brasil. Isso significa que, se considerarmos apenas os pesquisadores que obtiveram o título de doutorado no Brasil, 79,7% deles o obtiveram em universidades do Sudeste.

Mapa 1. Distribuição de PQs em Sociologia no Brasil



Fonte: Elaboração dos autores

No que diz respeito à formação acadêmica, apesar de haver uma tradição bastante interdisciplinar na Sociologia quanto à formação de seus quadros (Lima; Cortes, 2013), atualmente, a maioria dos bolsistas PQs da área de Sociologia é graduada em Ciências Sociais/Sociologia,

correspondendo a 143 (70,8%) casos. Quando se observa a formação doutoral, há um perfil formativo ainda mais evidente, pois 187 (92,6%) deles possuem o doutorado em Sociologia ou Ciências Sociais.

Além do recorte estritamente institucional, pode-se considerar, ainda, que há uma distribuição das bolsas a partir dos temas pesquisados pelos bolsistas. Isso se circunscreve duplamente no processo de seleção para tais bolsas, uma vez que, além do currículo do pesquisador, também é considerado o projeto de pesquisa submetido, avaliado por pares (outros bolsistas PQ). Nesse contexto, encontramos que os temas mais pesquisados entre eles são: Ruralidades/Urbanidades e Meio Ambiente (37 PQs); Participação Política (25); Teoria/Intelectualidades/Pensamento Social (21); Outros Temas (21); Trabalho (20); Criminalidades/Violências (19); Gênero e Sexualidade (12); Arte e Cultura (9); Educação (7); Religião (6); Saúde (5) e; Ciência e Tecnologia (5).

Ao comparar esses resultados com aqueles da pesquisa de Melo, Bernardo e Gomes (2018), sobre as teses de doutorado de recém-doutores em Sociologia, percebe-se que os temas mais recorrentes se mantêm entre os dois grupos. As diferenças mais sensíveis estão nos seguintes temas: 1. Educação, tema bastante frequente entre os recém-doutores, mas não tão expressivo entre os PQs e, 2. Ruralidades/Urbanidades e Meio Ambiente, tema bastante pesquisado pelos PQs e de pouca adesão entre o público de recém-doutores. Por outro lado, essa agenda de pesquisa entre os bolsistas PQ encontra maior afinidade com os resultados da pesquisa de Dwyer, Barbosa, Fraga (2013), que se voltaram para os membros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), numa amostra composta principalmente por professores universitários, portanto, com agentes mais consolidados no campo.

A análise comparativa com os resultados das pesquisas de Melo, Bernardo e Gomes (2018) e Dwyer, Barbosa e Fraga (2013) pode indicar a existência de temas mais privilegiados pelas agências de fomento, e a constituição de uma hierarquia acadêmica entre temas mais “nobres” e outros mais “periféricos”, como também a existência de uma mudança de agenda na sociologia brasileira que se opera geracionalmente.

Uma elite dentro da elite: o caso dos bolsistas de produtividade nível 1A

Como já exposto nas seções anteriores, os bolsistas PQ 1A são avaliados a partir de critérios sensivelmente diferentes daqueles utilizados para os níveis anteriores. Em vez de ser especificada uma quantidade de artigos publicados ou de orientações concluídas, entende-se que tais bolsistas devam ter dado uma inequívoca contribuição científica e acadêmica à área, além de cumprirem os requisitos anteriores.

Atualmente há 22 bolsistas PQ 1A em Sociologia, o que significa que apenas 10,9% dos bolsistas se encontram nesse nível. Como demonstrado no gráfico 1, sua maioria é composta por homens, 12 casos, de modo que essa desigualdade de gênero se mantém no mesmo padrão daquele observado no conjunto total de pesquisadores.

Ao considerar a questão regional, encontramos uma sensível mudança em relação ao que há no cenário mais geral dos bolsistas PQ. Os 202 bolsistas avaliados em nossa amostra estão distribuídos em 43 instituições, concentradas, majoritariamente, no eixo Rio-São Paulo. Os bolsistas nível 1A estão distribuídos em oito instituições. A USP possui seis bolsistas, a UNICAMP, quatro, a UFRJ, quatro, a UFRGS, três, a UFSCAR, dois, a UnB, um, a UFC, um e a UNIARA, um.¹³ Isso significa que 77,3% dos bolsistas se encontra na região Sudeste. Nesse cenário, a posição dominante da USP no campo acadêmico fica ainda mais evidente, pois se ela concentra 9,9% dos bolsistas da área considerando todos os níveis, esse percentual passa para 27,3% entre os bolsistas nível 1A. Também mediante a análise desses dados, pode-se reconhecer o papel da UFRGS como principal instituição fora do eixo Rio-São Paulo, em termos de concentração de pesquisadores PQ em Sociologia. Isso porque este número se destaca das demais universidades tanto quando se analisa o quantitativo total de bolsistas PQ, quanto ao observar apenas os bolsistas nível 1A.

¹³ Apesar de a instituição não possuir programa na área de Sociologia/Ciências Sociais, trata-se de uma professora que desenvolveu toda sua carreira na UNESP e migrou para esta instituição após sua aposentadoria.

Considerando a distribuição com relação à avaliação CAPES, 86,4% dos bolsistas 1A estão vinculados a programas notas 6 e 7 na área de Sociologia.¹⁴ Isso pode indicar duas coisas: a) que o prestígio da instituição e do programa ao qual o pesquisador é vinculado tem um peso importante para atingir os postos mais altos na hierarquia acadêmica estabelecida pelo CNPq; b) que tais pesquisadores, reconhecidos pelos pares como lideranças nacionais em suas áreas, contribuíram para a consolidação de programas de excelência.

Mantém-se a tendência de uma forte concentração da formação de graduação em ciências sociais, em 19 casos (86,4%). A maioria deles obteve o título de sua graduação ainda na década de 1970, o que ocorreu em 16 dos casos (72,7%), outros cinco casos (22,7%) a obtiveram na década de 1960, e apenas um caso (4,6%) na década de 1980. Majoritariamente, eles realizaram seus estudos de graduação durante o período militar, no qual ocorreu uma forte repressão política e ideológica nas universidades, mas também uma significativa expansão dos cursos de Ciências Sociais (Liedke Filho, 2005). Mesmo no caso daqueles que realizaram posteriormente estudos de doutorado em outro estado ou país, ou que chegaram a exercer a docência em outras universidades no início da carreira acadêmica, em 16 casos (72,7%) eles estão vinculados a instituições no mesmo estado em que se graduaram, dado importante para compreender as escolhas profissionais realizadas.

Com relação à formação doutoral, 21 casos (95,4%) realizaram o doutorado em Sociologia ou em Ciências Sociais.¹⁵ Nesse grupo encontramos de forma mais expressiva a formação doutoral realizada no exterior, sendo o caso de 11 (50%) deles. Possivelmente se está diante de uma geração que recebeu diferentes tipos de financiamento de fundações nacionais e internacionais para realizar tal formação, no contexto da constituição da pós-graduação no Brasil (Martins, 2018). Nesse processo de circulação

¹⁴ Uma das pesquisadoras da UNICAMP não é vinculada a programa na área de Sociologia/Ciências Sociais.

¹⁵ Incluímos tanto aqueles que obtiveram o título de doutor em Ciências Sociais, quanto os dois casos que obtiveram a titulação de doutorado em Ciência Política.

destacam-se os vínculos intelectuais com a França, que foi o destino de cinco pesquisadores, seguido dos Estados Unidos, que titulou dois deles, além de outros que se formaram na Alemanha, Canadá e México (um caso cada).

Entre os onze que realizaram o doutorado no Brasil, oito (72,7%) o fizeram na USP, além de um caso na UNICAMP, um na PUC-SP, um na UNESP e um no IESP. Ao comparar com os dados da seção anterior, observa-se que a presença de pesquisadores PQ com formação no Sudeste se torna ainda mais significativa nesse grupo, uma vez que todos os pesquisadores formados no Brasil realizaram seus estudos nessa região. Entretanto, há de se considerar também o caráter bastante endógeno dos programas dessa região, com destaque para a USP (Bordignon, 2019), o que difere do perfil encontrado nos centros mais afastados desse eixo geopolítico: entre os cinco bolsistas PQ 1A que estão situados fora do Sudeste, quatro realizaram seus doutorados no exterior, e apenas um no Brasil (USP).

Considerando-se que a maior parte desses bolsistas se encontra em programas de excelência, não surpreende que os dados verificados confluem com os resultados do levantamento realizado por Marengo (2019, p.540) no âmbito da Ciência Política. O estudo apontou que o “(...) recrutamento para programas de pós-graduação com posição mais elevada no *ranqueamento* acadêmico é restritivo a doutores formados em instituições com notas equivalentes ou centros de pesquisa no exterior.”

Também na formação doutoral encontramos um evidente marcador geracional entre os casos analisados. Doze PQ 1A obtiveram o título de doutor na década de 1980, seis na de 1970, e quatro na década de 1990. No levantamento realizado por Lima (2019), fica evidente a forte presença de pesquisadores com formação no exterior, principalmente entre aqueles doutorados até os anos de 1980. Há um progressivo processo de “nacionalização” da formação acadêmica das gerações seguintes nos programas de Sociologia/Ciências Sociais. Porém, os dados aqui apresentados indicam que nesse grupo de pesquisadores PQ 1A o corte é ainda mais forte, uma vez que todos os doutorados na década de 1990 realizaram seus estudos no Brasil. Mesmo entre os que realizaram toda sua formação no Brasil, há

um investimento acadêmico na sua inserção no debate internacional, através da realização de pós-doutorados no exterior, atuação como professores visitantes em universidades estrangeiras, além de publicações internacionais, o que acompanha um movimento que vem ganhando fôlego na sociologia brasileira (Scalon; Miskolci, 2018). É importante considerar, portanto, a relevância que o processo de internacionalização tem ocupado na avaliação das pesquisas no âmbito da Sociologia, uma vez que:

A exigência de uma condição de internacionalização para avaliar positivamente instituições e pesquisadores está presente entre as condições definidas pelas instituições de fomento para validar o desempenho de ambos e, por extensão, o grau de profissionalização e excelência de desempenho da ciência (Neves; Cavalcanti, 2018, p. 108).

Os pesquisadores que compõem esse grupo também possuem como marca distintiva a forte inserção em diretorias de sociedades científicas, comitês de assessoramento de agências de fomento à pesquisa, comitês científicos, editoriais e de avaliação. Um exemplo significativo do elevado *status* dos membros desse grupo no campo da Sociologia é o fato de nove (40,9%) deles já terem ocupado o cargo de presidente ou vice-presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Além das associações científicas de caráter mais específico, voltadas para seus temas de pesquisa, podemos afirmar que as duas nas quais esse grupo tem se inserido de maneira mais recorrente é a SBS, como já indicado, e a ANPOCS. Tais sociedades científicas são, inclusive, consultadas sobre a indicação de membros do comitê de assessoramento na área de ciências sociais do CNPq, o que reafirma a relevância desse espaço institucional para a consolidação de uma posição dominante no campo.

Esse tipo de inserção demonstra como tais pesquisadores realizaram, ao longo de suas trajetórias acadêmicas, um significativo acúmulo de capital científico de tipo político, institucionalizado. Esse acúmulo significativo os distingue de forma ainda mais substantiva em relação aos pesquisadores situados nas demais classificações, do que o faria o capital científico do

tipo “puro”. É importante compreender que, mesmo considerando que os bolsistas nível 1D sejam mais produtivos – e, portanto, seriam, em princípio, portadores de um maior acúmulo de capital científico “puro” – o inter-reconhecimento pelos pares não opera apenas em relação ao quantitativo da produção, mas também da capacidade de se elaborar trabalhos paradigmáticos para o campo, que se tornaram referências relevantes. Nesse sentido, devemos observar não apenas a lógica de acúmulo de capital, como também de transmissão do mesmo.

Entre esses pesquisadores observa-se a manutenção de temas “tradicionais” no campo da Sociologia brasileira. De forma muito sucinta, indicamos que se destacam os seguintes temas nesse grupo: sociologia rural, sociologia política, sociologia da cultura, trabalho, educação, violência, estratificação e desigualdades sociais. Os pesquisadores desse grupo estiveram envolvidos diretamente com a formação desses campos de pesquisa no país, fundando grupos e laboratórios de pesquisa em suas instituições e coordenando grupos de trabalho em diversos eventos acadêmicos, com destaque para os congressos da SBS e encontros da ANPOCS. Isso não quer dizer, contudo, que não tenha havido igualmente outros pesquisadores participantes desses processos, vinculados a outras instituições, principalmente fora do Sudeste.

Considerações Finais

Objetivamos, com os dados aqui analisados, realizar um movimento duplo. Por um lado, descrever o perfil dos bolsistas PQ de Sociologia. Por outro, verificar como essa distribuição tem ocorrido, principalmente nos níveis mais altos da hierarquia acadêmica, aqui representados pelos bolsistas nível 1A. Cabe ressaltar que os agentes que acumulam mais capital acumulado em determinado campo também são aqueles com maior capacidade de “deformar” a ordem do campo, operando de forma ativa na determinação das “regras do jogo”, tendencialmente a partir de posições ortodoxas que visam a manutenção de suas posições de poder. No caso

dos bolsistas PQ, essa posição fica ainda mais evidente considerando que apenas aqueles de nível 1, que são indicados pela comunidade acadêmica é que podem compor os comitês de assessoramento, possuindo, assim, uma capacidade mais efetiva de alterar as regras do jogo.

Num primeiro momento, pode-se considerar que há a confirmação de algumas tendências já apontadas por balanços anteriores sobre os bolsistas PQ nas grandes áreas, como o predomínio de pesquisadores homens (Guedes; Azevedo; Ferreira, 2015), e a concentração desses bolsistas na região Sudeste. Esta concentração, como pudemos observar, ocorre principalmente a partir de uma forte concentração de pesquisadores no eixo Rio-São Paulo, destacando-se, entre as instituições fora da região Sudeste a Unb e, principalmente, a UFRGS.

A referida concentração pode ser explicada, em parte, pela concentração de programas de excelência na área na região Sudeste, assim como de maiores fontes de financiamento a partir das fundações de amparo à pesquisa locais, bem como a editoração de revistas avaliadas no estrato superior do *Qualis*, demarcando a existência de hierarquias acadêmicas dentro do campo das Ciências Sociais no Brasil (Scott, 2014). Por outro lado, esses fatores parecem ser insuficientes para explicar a atual distribuição de bolsas PQ, uma vez que ela não obedece de maneira uniforme à hierarquia da avaliação da CAPES, havendo programas mais bem avaliados com menos bolsas PQ de que outros com menores notas. Ao mesmo tempo, também há uma forte concentração em termos de formação entre os bolsistas, de modo que, majoritariamente, os PQ com formação doutoral no Brasil realizaram seus estudos no Sudeste. Nesse sentido, tanto o prestígio da instituição de origem, quanto a de pertencimento, parecem ter um peso importante para a compreensão da atual distribuição das bolsas PQ, o que tende a reafirmar a posição dominante dessas instituições no campo.

O exame dos bolsistas nível 1A exacerba as características encontradas no primeiro grupo, aumentando a concentração de pesquisadores na região Sudeste, além de ser um grupo formado exclusivamente por bolsistas que realizaram sua formação doutoral no exterior ou na região Sudeste, com

grande destaque para a USP. Nesse grupo, formado majoritariamente por professores que realizaram sua graduação na década de 1970 e o doutorado na década de 1980, a formação doutoral no exterior é mais recorrente, assim como a forte presença em comitês científicos, de assessoramento e avaliação, além de diretorias de sociedades científicas, com destaque para a SBS e ANPOCS. Novamente, destaca-se nesse grupo a UFRGS como principal instituição situada fora do Sudeste com pesquisadores que realizaram a formação doutoral fora do País, demarcando a formação de redes de colaboração acadêmica constituídas fora do eixo Rio-São Paulo.

Devemos reconhecer, por fim, que a concentração dos bolsistas 1A em apenas 8 instituições, e a dispersão do conjunto total de bolsistas por 43, aponta para uma crescente participação de outros centros de pesquisa na “elite acadêmica” da sociologia brasileira. Isso pode apontar para uma tendência – ainda que incipiente, dada a concentração que persiste em todos os níveis – a uma maior pluralização desse cenário, o que reflete a própria expansão da pós-graduação em cenário recente.

Amurabi Oliveira é Doutor em Sociologia pela UFPE, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq.

✉ amurabi1986@gmail.com

Marina Félix Melo é Doutora em Sociologia pela UFPE e Professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas.

✉ melomarina@msn.com

Mayres Pequeno é Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

✉ mayrespequeno@gmail.com

Quemuel Baruque Rodrigues é Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

✉ quemuelbaruque@gmail.com

Referências

1. BARREIRA, Irllys; CORREA, Soraya; LIMA, Jacob C. A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p 76-103, 2018. <https://doi.org/10.20336/rbs.259>
2. BORDIGNON, Rodrigo. Trajetos escolares e destinos profissionais: o caso das ciências sociais no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 18, n. 41, p. 88-114, 2019. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n41p88>
3. BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Florianópolis: EDUFSC, 2011.
4. BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
5. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
6. CANDIDO, Marcia R.; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Desigualdade na elite da ciência política brasileira. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 564-583, 2019. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33488>
7. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). *ANEXO I – Critérios dos Comitês de Assessoramento*. Vigência: 2018 a 2020. 2018. Disponível em: <http://resultado.cnpq.br/8831435562096495>
8. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). *Bolsas Individuais no país*. RN 028/2015. 2015. Disponível em: http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271
9. DWYER, Tom; BARBOSA, Maria Ligia; FRAGA, Eugenio. Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, p 147-178, 2013. <https://doi.org/10.20336/rbs.46>
10. GUEDES, Moema C.; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 367-399, 2015.
11. HEY, Ana Paula; RODRIGUES, Lidiane S. Elites acadêmicas: as ciências sociais na Academia Brasileira de Ciências. *Tempo Social*, v. 29, n. 3, p 9-33, 2017. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125964>
12. JESUS DE OLIVEIRA, Joelmo. Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: poder, política e burocracia na arena decisória. *Revista de Sociologia Política*, v. 24, n. 59, p 129-147, 2016. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245907>
13. LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, v. 7, n. 14, p. 376-436, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000200014>

14. LIMA, Jacob Carlos. A reconfiguração da sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. *Interseções*, v. 21, n. 1, p. 7-48, 2019. <https://doi.org/10.12957/irei.2019.42300>
15. LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya M. V. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *Civitas*, v. 13, n. 3, p. 416-435, 2013. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.3.16522>
16. LIMA, Ricardo A.; VELHO, Lea Maria L. S.; FARIA, Leandro I. L. Bibliometria e “avaliação” da atividade científica: um estudo sobre o índice h. *Perspectivas em ciências da informação*, v. 17, n. 3, p. 3-17, 2012.
17. MARENCO, André. Ciência Política como vocação Profissionalização de doutores em Ciência Política no Brasil, 1996-2014. *Civitas*, v. 19, n. 3, p. 523-544, 2019. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.32941>
18. MARTINS, Carlos Benedito. As origens pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 9-26, 2018. <https://doi.org/10.20336/rbs.256>
19. MELO, Marina; BERNARDO, Ana Cláudia; GOMES, Selef. As teses da área de sociologia do Brasil: padrões e inflexões temáticas e metodológicas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 58-75, 2018. <https://doi.org/10.20336/rbs.258>
20. MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; IDESP; FINEP, 1989. p. 72-110. (Vol. 1).
21. NEVES, Clarissa E. B.; CAVALCANTI, Josefa S. B. A pós-graduação em Sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 104-121, 2018. <https://doi.org/10.20336/rbs.260>
22. NEVES, Clarissa E. B.; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*, v. 9, n. 17, p. 124-157, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100006>
23. OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum – Education*, v. 35, n. 2, p. 179-189, 2013. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v35i2.20222>
24. OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila F.; ENGERROFF, Ana M. B.; SANTOS, Beatriz M. C. dos. A institucionalização da Ciência Política no Brasil: uma análise a partir dos programas de pós-graduação. *Pro-Posições*, v. 32, p. 1-25, 2021.
25. REESINK, Mísia; CAMPOS, Roberta. A Geopolítica da Antropologia no Brasil: ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procusto. In: SCOTT, Parry et al. (org.). *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife: EDUFEPE, 2014. p. 55-81.
26. REIS, Elisa P.; REIS, Fábio W.; VELHO, Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n. 35, p. 1-22, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300002>

27. SCALON, Celi; MISKOLCI, Richard. Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 122-135, 2018. <https://doi.org/10.20336/rbs.261>
28. SCOTT, Parry. Poder, pluralidade estratégica e hierarquização interna em antropologias nacionais. In: SCOTT, Parry et al. (org.). *Rumos da Antropologia no Brasil e no mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife: EDUEPE, 2014. p. 99-125.
29. WAINER, Jacques; VIEIRA, Paulo. Avaliação de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 2, p. 60-78, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000200005>

Recebido: 31 jul. 2020.

Aceito: 25 maio 2021.

